

Fórum define os pontos do entendimento

A política salarial, o Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social e a regulamentação do sistema financeiro serão os primeiros itens da pauta do Fórum de Debates Nacional, segundo ficou decidido ontem, durante reunião dos líderes do PMDB, PDT, PT, PTB, PSDB, PCB e PC do B na Câmara. "Pode haver acréscimos, mas as prioridades são essas", revelou o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA).

Os líderes partidários voltarão a se reunir hoje, a partir das 11h, para detalhar uma segunda decisão adotada ontem: a constituição de comissões temáticas para tratar de cada assunto específico dentro do Fórum. As comissões terão metade de seus membros constituída de um representante por partido. A outra metade seguirá o critério de proporcionalidade de cada bancada no plenário. A participação de entidades da sociedade civil está assegurada, mas sem direito a voto: "Os partidos, afinal, são representantes da sociedade", justificou Genebaldo.

Preocupados em evitar choques de atribuições entre o Fórum e o próprio Congresso, os líderes consumiram boa parte da reunião tentando esclarecer os limites do primeiro. A base da discussão foi uma proposta apresentada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) na semana passada, restringindo a função do Fórum ao debate das questões nacionais. O ob-

jetivo é evitar que o Legislativo venha a sair desgastado caso a iniciativa fracasse.

"Quem vai deliberar sobre as matérias é o Congresso, mas o fórum não pode deixar de produzir consequências práticas, gerando propostas concretas", entende o líder do PMDB. Ele admite, ainda, que os projetos que saírem da entidade devem entrar na pauta do Congresso em regime de urgência urgentíssima, podendo até dispensar a tramitação das comissões no caso de reunirem amplo consenso.

Cronograma — Uma questão importante que ficou para ser definida na reunião de hoje é o cronograma dos trabalhos do fórum. Pelo menos um dos assuntos incluídos na lista de prioridades tem prazo fatal para ser votado pelo Congresso: a política salarial. Pela legislação em vigor, os reajustes só estão garantidos para o mês de agosto. Até lá, conforme os partidos acertaram durante a votação da Medida Provisória nº 295, os parlamentares terão que aprovar uma lei definitiva sobre o assunto.

O Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social também é considerado matéria urgente. O Congresso passou quase um ano para elaborar e aprovar projetos de lei neste sentido, mas que tiveram dispositivos essenciais vetados pelo Presidente da República. Os vetos constam da longa pauta com mais de 32 itens à espera de votação no Congresso.